



# III EBE | III ENCONTRO BAIANO DE CULT | ESTUDOS EM CULTURA



## VIDA E TRABALHO EM CURRALINHO (1860-1888)

Antonio Tadeu Santos Barbosa  
Mestrando em História Regional e Local – UNEB  
Email: tadbarbosa18@yahoo.com.br

### Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar os rastros das vivências e experiências cotidianas entre escravos, libertos e homens livres pobres nos arrabaldes de Curralinho – atual Castro Alves-BA -, nas últimas décadas da escravidão. Para tanto, partindo da trajetória dos irmãos Martiniano José de Mello e Marcolino José de Mello, faremos análise das relações de trabalho dos homens livres pobres que viveram no contexto escravista ou, então, que passaram pela experiência da escravidão no Império Brasileiro, os quais, afirmando para si e para os outros como livres, rejeitaram códigos simbólicos oriundos das relações escravistas na medida em que optaram pela intermitência, ao exercer atividades com fluxo irregular de tempo.

Palavras-chave: Curralinho – Escravidão – Trabalho – Homens Livres.

### Introdução

As vivências e experiências cotidianas entre escravos tornou-se objeto de estudo para muitos pesquisadores interessados na análise da escravidão no Brasil<sup>1</sup>. Diferentes e variadas estratégias para a conquista da liberdade, articuladas tanto dentro quanto fora do ambiente de mando e obediência, possibilitou pensar o escravizado enquanto partícipe do processo de falência da escravidão nas últimas décadas do século XIX. As relações estabelecidas no trabalho, entre a família ou através do compadrio possibilitou-lhe transitar por um universo cotidiano fundamental para a conquista da liberdade. É nesse contexto que podemos pensar, também, nas relações estabelecidas entre escravizados, libertos e/ou livres pobres, população

---

<sup>1</sup> Muitas obras historiográficas, teses e dissertações tratam dessas questões: Ver: FRAGA FILHO, Walter. Encruzilhada da Liberdade: história e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910. Campinas. Editora Unicamp, 2006. CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Pescadores e Roceiros: Escravos e Forros na Ilha de Itaparica entre os anos 1860-1888. São Paulo. 1ª. ed. São Paulo: Annablume Editora Ltda/Fapesb, 2008. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. A Família Negra no Tempo da Escravidão: Bahia, 1850-1888. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007. REIS, João José. Domingos Sodré. Um Sacerdote Africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo. Companhia das Letras, 2008. MACHADO, Maria Helena P. T. O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro/São Paulo: UFRJ/EDUSP, 1994. CHALLOUB, Sydnei. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. Entre outras.

em constante crescimento nas últimas décadas da escravidão no Império Brasileiro, principalmente na província da Bahia, formada em sua maioria por afrodescendentes<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A chamada “população de cor” continuava preponderante no Império Brasileiro. Segundo o censo de 1872, 20% da população disse ser Preto(a) e 38% mulato(a). Ver: ALENCASTRO, Luís Felipe de. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de (org). **História da Vida Privada no Brasil**. Império: a corte a modernidade nacional. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. v 2.p.83.

## **Viver e Trabalhar: o cotidiano dos livres pobres nos arrabaldes de Currálinho**

Entre pequenos povoados, distritos, freguesias e vilas do Recôncavo Baiano, homens e mulheres de diferente condição social criavam e/ou recriavam variadas formas de visualizar, interpretar e elaborar as suas vivências no cotidiano. Vivendo nas fimbrias do escravismo, usaram das suas experiências para lidar com as dificuldades do dia-a-dia. Em Currálinho<sup>3</sup>, negociar animais, comercializar os alimentos cultivados em pequenas e médias propriedades nas feiras, assim como as suas artes feitas através do couro, como alpercatas, sapatos e celas, lhes possibilitaram o convívio aproximado com sujeitos de pequeno e grande cabedal<sup>4</sup>.

Morando provisoriamente nas localidades onde exerciam as suas atividades, não eram vistos com “bons olhos” pelas autoridades. Lembremos que a cor, critério de assimilação de inferioridade na sociedade baiana oitocentista, estabelecia condições para a classificação dos sujeitos históricos como pardo, crioulo, cabra, caboclo, e, na maioria das vezes, essas insígnias pesavam aos pobres livres<sup>5</sup>. Em muitas ocasiões, o trabalho não possibilitava a fixação numa residência, localidade, vivendo em regime de intensa itinerância. Para os que exerciam atividades ligadas ao transporte de carga, mesmo quando fixavam residência, transitavam por diferentes pontos da província da Bahia.

No ano de 1869, sumiram cinco burros da fazenda Maria Preta, propriedade do Capitão Manuel Lefundes. Um dos acusados, Manoel Francisco da Cunha, morador de sete para oito anos nas terras do seu tio, fazenda Poço Comprido, “[...] vive de lavoura e também de pegar algumas cargas em animaes seos para diferentes pontos desta comarca”<sup>6</sup>, disse que

o motivo de sua prisão atribui unicamente a uma vingança do queixoço, e não que elle interrogado fosse autor do crime por que é acusado e que da fazenda do queixoço nunca ouviu elle interrogado dizer ter se furtado animaes, apenas sabe que pela tomada de um escravo por seo tio, na povoação do Currálinho, em um dia de feira, na qual aparecendo o Tenente

---

<sup>3</sup> Iremos usar apenas a denominação *Currálinho*. Pois, circunscrito no recorte temporal, essa localidade passa por modificações enquanto unidade administrativa: freguesia e vila. Vejamos: em 1873, Currálinho é elevada a freguesia. Em 1880, por lei provincial de nº 1987, de 26 de junho, foi elevada a categoria de vila, instalada em 11 de janeiro de 1883. Informações do livro do Memorialista Aurino de Azevedo Teixeira. Ver: TEIXEIRA, Aurino de Azevedo. Informações Históricas sobre a Cidade de Castro Alves. 1990.p.05.

<sup>4</sup> Durval Aguiar, ao passar por Currálinho nas últimas décadas do século XIX, nota que “a população, entretanto, não é ociosa, porque se a seca anual não lhe faculta bons recursos de lavoura, parte dela dedica-se a diversas pequenas artes e ofícios especialmente ao trabalho em couro por diferentes especialidades, como sejam: sapatos, chinelos, botas, selins, selagotes, caronas, baixeiros, selas e vestimentas para vaqueiros, chapéus, chicotes, mantas, etc.; etc.; tudo em quantidade que se presta à exportação”. Ver: AGUIAR, Durval Muniz de. Descrições Práticas da Província da Bahia. 2º ed. Rio de Janeiro. Catedr. Brasília. INL. p.228.

<sup>5</sup> ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. Baianos do Honrado Império do Brasil: honra, virtude e poder no recôncavo. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006. p. 117.

<sup>6</sup> APEB. Processo Crime de Furto. Cachoeira. 1874 – Est. 28/Cx. 1017/D. 08. Depoimento de Manoel Ferreira da Cunha.

Coronel Tanajura e reconhecendo ser o escravo de nome Gustavo da propriedade de Manoel Marques dos Reis, perguntava o mesmo Tenente Coronel ao escravo, onde estava, este lhe respondera que em casa do queixoso e depois disso o mesmo queixoso prometera vingar se do seo tio<sup>7</sup>

Pelos caminhos que ligavam Currálinho a outras povoações, como o Candial, Jenipapo, Salgado e Sítio do Meio, existiam fazendas de criar e plantar, engenhos de pequeno e médio porte. Ao analisar os processos crimes, percebe-se que muitos sujeitos históricos constantemente transitavam entre as propriedades e as povoações circunvizinhas. Na fazenda Maria preta, onde morava e vivia provisoriamente indivíduos de diferentes condições prestando serviços ao dono das terras, assim como nas fazendas Lagoa Grande e Lagoa Pequena, vaqueiros e tropeiros costumavam pousar tropas de burros e arrancharem-se para passar a noite.

Em Dia de Feira no Currálinho, pessoas de diferentes partes do recôncavo baiano reuniam-se para comprar e comercializar. Para os que moravam nos arrabaldes da Vila, a feira era também espaço de sociabilidade, pois era local de encontro de amigos e conhecidos; através das conversar e diálogos atualizavam-se sobre as últimas notícias e acontecimentos ocorridos na região e na capital da Província baiana. Foi num dia de sábado, na feira, que o escravo Gustavo fora visto e preso. Entre as testemunhas que afirmaram a versão alegada por Manoel Francisco da cunha, uma delas disse saber por ouvir dizer “[...] que o réo José Antonio de Castro apreendera em um dia de sábado na feira do Currálinho, o escravo fugido de nome Gustavo que ahi aparecera e que achava-se refugiado na fazenda do queixoso [...]”<sup>8</sup>.

Gustavo era um escravo fugido e não esperava ser reconhecido pelo Coronel Tanajura. Fugiu do seu proprietário, Manoel Marques dos Reis, morador na cidade de Santo Amaro da Purificação, refugiando-se na fazenda Maria Preta e ficando sob a proteção do Capitão Lefundes. Por estar sendo maltratado ou, então, insatisfeito com a etiqueta de mando estabelecida pelo seu senhor, Gustavo, provavelmente, preferiu se juntar aos moradores da Fazenda Maria Preta. Ali teria oportunidade de manter laços de amizade ou quem sabe até familiares. Porém, quando foi “tomado” por José Antonio de Castro o seu projeto de fuga acabou interrompido.

Dez anos antes de acontecer o roubo dos cinco burros do Capitão Manoel Lefundes, Antonio Pinto de Barros e Felipe de Souza estavam campeando burros quando encontrou alguns

---

<sup>7</sup> *Ibidem.*

<sup>8</sup> APEB. *Op Cit.* Depoimento de Pedro Fiusa.

homens no mato retalhando uma rês<sup>9</sup>. Leopoldino Felício da Fonseca, Martiniano José de Mello, Marcolino José de Mello e João velho acabaram acusados de furto por João Evangelista de Castro Tanajura, filho daquele que reconheceu o escravo Gustavo na feira do Curralinho, o Coronel Tanajura<sup>10</sup>.

Alguns indícios das vivências e experiências cotidianas desses homens foram revelados quando deixaram os seus depoimentos no processo. Martiniano José de Mello disse “[...] viver de lavoura e de andar com tropas alugado”; Marcolino José de Melo relatou “[...] ter officio de çapateiro, bem como que tão bem vive de lavoura [...]” e Leopoldino Felício da Fonseca disse “[...] viver de lavoura e de tocar burros em caminho”, todos moradores na “estrada nova” e naturais da Fazenda Candial. Entre as testemunhas, Manoel João da Cruz, de ofício de sapateiro e Francisco da Mota, que vive de negócios, afirmaram morar na fazenda Maria Preta. Já Francisco José Pereira, que vive de ser vaqueiro de fazendas de gado, disse morar na Fazenda Curral do Caminho<sup>11</sup>.

Todas as testemunhas acima citadas souberam do ocorrido por ouvir os próprios acusados dizer ou, então, de conversas que tiveram com os que estavam passando nas imediações e visualizaram a rês sendo esfolada. Felipe de Souza, “[...] vive de andar em caminho em companhia de seus amos, em viagens [...]” e Antonio Pinto de Barros, “[...] vive de andar com animais no caminho [...]”, ambos moradores na Vila dos Lençóis, foram os que presenciaram<sup>12</sup>. Vejamos parte do depoimento de Barros:

respondeo saber por ver que estando elle testemunha campeando burros do seu Amo o Coronel Antonio de Souza Spinola para o lado da queimada quando a sahir no Barbadinho ahi encontrou os réos presentes Leopoldino Felício do Sacramento (da Fonsêca?), Martiniano José de Mello, Marcolino Francisco de Mello e um velho bem conhecido pelo nome de João Velho, todos moradores no lugar da estrada nova [...] e que todos esses estão esfolando a rês de que trata a petição do queixoso<sup>13</sup>

Campear burros, servir-se de amo, assim como transportar animais pelos caminhos em viagens são atividades que constantemente aparecem, nos processos, atrelada as vivências dos homens livres pobres e de poucos recursos financeiros. Presenciando o declínio da escravidão no Império Brasileiro, afastaram-se das atividades regulares, preferindo trabalhos que

---

<sup>9</sup> Segundo o Dicionário Aurélio, a palavra rês significa “qualquer quadrúpede usado na alimentação humana”. Ex: boi, ovelha, entre outros.

<sup>10</sup> APEB. Processo Crime de Furto. Cachoeira. 1860 – Est. 12/Cx. 425/ Doc. 11.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> *Ibidem*.

<sup>13</sup> APEB. *Op. Cit.* Depoimento de Antonio Pinto de Barros

oferecesse condições de exercer outros tipos de atividades. Talvez para manter distanciamento das longas e estafantes horas de trabalho executada pela mão de obra escrava – em crise nas últimas décadas do século XIX - nos grandes engenhos de açúcar da região<sup>14</sup>.

### **Os irmãos Martiniano e Marcolino**

Entre os irmãos Martiniano José de Mello e Marcolino José de Mello, filhos de Francisca do Nascimento, bem como entre Leopoldino Felício da Fonseca existia sólida relação de amizade e parentesco. Todos com idade média entre vinte e quatro a vinte e sete anos e nascidos na Fazenda Candial, certamente compartilharam experiências semelhantes ao logo das suas vidas. A exceção de Leopoldino, os irmãos Martiniano e Marcolino optaram em exercer as mesmas atividades. Eram tropeiros e, noutras ocasiões, trabalhavam como lavoura. Apesar da irregularidade das suas funções, tinham moradia fixa, pois disseram serem moradores na “estrada nova”, próximo da fazenda Candial<sup>15</sup>.

A julgar pelas suas idades, os dois nasceram em meados da década de 1830. Época em que a mão de obra escrava permanecia em vigor nos engenhos e fazendas da província baiana, pois continuava sendo possível a reposição através do tráfico transatlântico de humanos, apesar da proibição, em 1831, do transporte da costa atlântica africana para o Brasil<sup>16</sup>.

Martiniano e Marcolino nasceram na fazenda Candial, próximo a Curralinho, no Recôncavo Baiano. A propriedade distava algumas léguas de Cachoeira, área na qual os principais compradores de escravos eram donos dos grandes engenhos de cana de açúcar, seguido dos pequenos e médios proprietários. É válido lembrar que, nesses diferentes ambientes, as relações senhor e escravo variavam bastante, a depender do pequeno ou grande número de escravizados e do grau de riqueza e pobreza dos proprietários<sup>17</sup>.

Os trabalhos na monocultura, típico das grandes propriedades, exigia maior número de braços escravos, dedicação e cuidado redobrado com a lavoura em determinados períodos. Existia também hierarquia na distribuição das atividades entre os escravizados, alguns exercendo funções mais especializadas que outros, além da presença do feitor, figura que constantemente

---

<sup>14</sup> Sobre o Cotidiano, as estratégias para a conquista da liberdade e o trabalho dos escravos nos engenhos de açúcar do Recôncavo Baiano nas últimas décadas da escravidão, ver: FRAGA FILHO, Walter. *Op Cit.* Principalmente os três primeiros capítulos.

<sup>15</sup> *Ibdem.*

<sup>16</sup> CAIRES, Ricardo Tadeu. **Caminhos e Descaminhos da Abolição**: escravos, senhores e direito nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná – UFPR Curitiba, PR. 2007.p.35.

<sup>17</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. Recôncavo Sul: Terras, homens e poder. Salvador-BA: Editora UNEB, 2002. p.93. COSTA, Alex de Andrade. **Arranjos de Sobrevivência**: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia. Santo Antonio de Jesus-BA, 2009.p. 43-44.

vigiava os escravos na lavoura e, de certo modo, intermediava as relações entre estes e o senhor<sup>18</sup>.

As relações entre senhor, feitor e escravos eram muito complexas, pois dependia de uma série de fatores intrinsecamente ligados aos anseios de diferentes tipos de conquistas. Ter direito a moradia fora da senzala, assim como adquirir pequeno lote de terra para o plantio e cultivo de alimentos para subsistência e o direito de poder vender nos domingos e dias santos o excedente nas feiras, foram alguns dentre outros anseios de conquista dos escravizados. Elaboravam, portanto, estratégias de sobrevivência partindo das próprias vivências no cotidiano, experienciadas tanto dentro quanto fora do ambiente de mando e obediência. A conquista da liberdade era o objetivo e causa principal de todo o esforço, muitas vezes planejado individualmente ou, então, coletivamente<sup>19</sup>.

Nas pequenas e médias propriedades, o fumo e a mandioca foram os principais produtos cultivados, seguido da criação de gado. Diferente da distância que na maioria das vezes existia entre o senhor e os escravos nas grandes propriedades, nas fazendas e sítios as relações entre estes se tornaram mais aproximada. Em estado de falência financeira, muitos senhores iam para a lavoura visualizar de perto o trabalho dos cativos ou até mesmo trabalhar para adiantar o serviço. Denise de Moura argumenta que, para a região de Campinas nas últimas décadas do século XIX, “nas pequenas e médias propriedades, a família do senhor costumava trabalhar juntamente com cativos e empregados contratados ou acompanhar pessoalmente o andamento dos serviços [...]”<sup>20</sup>, realidade não muito diferente da localidade na qual Martiniano e Marcolino nasceram.

Certamente fora o universo visto e vivido pelos irmãos nos primeiros anos de vida na fazenda Candial, propriedade de médio porte situada nos arrabaldes de Curralinho. Em nenhum inventário analisado até o momento conseguimos informações sobre o possível dono ou tamanho da propriedade. As características discorridas a respeito da fazenda são baseadas nos indícios deixados pelos depoentes no processo.

No entanto, percebe-se que a propriedade, até meados de 1860, não se manteve em atividade, pois logo após transformara-se num povoado, também conhecido como Candial atualmente. Porém, não podemos perder de vista a proximidade da fazenda com a estrada de boiadas que

---

<sup>18</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.p. 89 a 98.

<sup>19</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Op Cit.* p.63 a 89.

<sup>20</sup> MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas. Ed. Unicamp, 1998.p. 111

ligava Feira de Santana e Cachoeira a Rio de Contas, podendo ter servido como ponto de pouso de tropeiros, vaqueiros e demais viajantes<sup>21</sup>.

Os anos posteriores a 1840 foram de crise da mão de obra escrava. Nesse sentido, a reposição da mão de obra africana complicara-se consideravelmente para os proprietários que se serviam dos braços escravos nas lavouras do Recôncavo Baiano, principalmente a partir de 1850, quando a lei Eusébio de Queiroz proíbe terminantemente o tráfico de africanos para o Brasil<sup>22</sup>. Para os pequenos e médios proprietários, a substituição pelo trabalho livre tornou-se uma opção. Fora nesse contexto que Martiniano e Marcolino cresceram. Vendo pessoas chegando para trabalhar e prestar serviços ao dono da fazenda na qual residiam e, logo após o término do trabalho, pegando a estrada à procura de novas atividades em outras propriedades. Lembremos que os livres pobres, na província da Bahia, preferiram exercer atividades instáveis, como aponta Barickman:

Quando surgia uma necessidade especial – por exemplo, de comprar roupa nova – esses homens e mulheres pobres despossuídos costumavam aceitar o trabalho pago nos engenhos e fazendas da região. Tanto quanto possível, porém, evitavam qualquer serviço que envolvesse pegar na enxada; preferiam ‘os trabalhos de transporte, do tratamento dos animais e da fabricação de açúcar, ficando os da cultura do campo a cargo dos escravos. Assim que tinham no bolso dinheiro suficiente para custear as necessidades do momento, perdiam o interesse pelo trabalho assalariado e voltavam para suas roças<sup>23</sup>

Trabalhos que trouxessem a lembrança do cativo ou com características das atividades exercidas pelos escravos, como o da cultura do campo, eram evitados pelos homens pobres. Entre as atividades apontadas por Barickman, a que constantemente aparece nas fontes analisadas são os “trabalhos de transporte e tratamento de animais”. Felipe de Souza e Antonio Pinto de Barros, moradores na Vila dos lençoes, trabalhavam como amo de um Coronel nas imediações do Curralinho. Estavam campeando burros, ou seja, exercendo atividade de tratamento dos animais<sup>24</sup>. Decerto viviam de servirem como alugado para diferentes proprietários, pois não disseram exercer a função de lavoura. Levando em consideração a distancia entre Curralinho e Lencoes, percebe-se também que o afastamento entre o local de trabalho e a moradia não se tornou empecilho para o desenvolvimento das suas atividades.

---

<sup>21</sup> NEVES, Eivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (org). Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistemas viários e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Editora Arcádia, 2007.p.28-29.

<sup>22</sup> CAIRES, Ricardo Tadeu. Op. Cit.p.39.

<sup>23</sup> BARICKMAN, Bert Jude. **Um Contraponto Baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.p.224

<sup>24</sup> APEB. Processo Crime de Furto. Cachoeira. 1860 – Est. 12/Cx. 425/ Doc. 11.

As funções exercidas por esses sujeitos históricos lhes proporcionavam viverem novas experiências, pois estavam constantemente enveredando pelos longos e tortuosos caminhos da Província Baiana. Martiniano José de Mello foi mais preciso no segundo depoimento quando acrescentou importante informação sobre a região para onde transportava animais; disse viver “[...] tocando tropas no caminho do certão, e de lavoura [...]”<sup>25</sup>. Quase todos os sujeitos históricos analisados quando disseram viver de tropas no caminho, afirmaram também exercer atividade de lavoura.

Refletindo sobre a perspectiva apontada por Barickman, ao notar que “[...] tanto quanto possível [...] evitavam serviços que envolvesse pegar na enxada [...]”<sup>26</sup>, fazendo clara alusão ao trabalho na lavoura, percebe-se a possibilidade desta ter se transformado em atividade secundária para os livres pobres, pois a preferência era para as atividades irregulares. Ficar preso a longo e repetitivo regime de trabalho no campo e dentro de um único ambiente – engenho, fazenda – poderia retirar a oportunidade de conhecer lugares, bem como comprometer o ritmo irregular das atividades ligadas ao transporte.

Com a promulgação da lei Rio Branco, conhecida como Lei do Ventre Livre, houve considerável aumento do contingente dos ex escravos no Império Brasileiro. Porém, muito antes da sua promulgação, o empenho pessoal ou coletivo pela conquista da liberdade já era uma realidade nos idos do Brasil Colônia e Império. Livres do mando senhorial, a população livre que veio constituindo-se, paulatinamente, entre o século XVII ao XIX, buscavam diferentes meios de sobrevivência. Manoel Francisco da cunha, que vive de lavoura e de transportar cargas, também disse para as autoridades “que a exceção do tempo que vivia fora da sua casa em actos de seos trabalhos, na mesma sempre existia [...]”<sup>27</sup>.

A irregularidade nos afazeres fora uma característica marcante na vida desses sujeitos históricos, os quais, em algumas situações, eram ou se classificavam como pobres diante das autoridades, além da insígnia de potencialmente suspeitos de cometerem desordens. No ano de 1881, o Juiz de Paz do Curralinho mandou ofício para o presidente da Província informando-lhe sobre algumas capturas feitas pelo subdelegado nos arrabaldes dessa Vila,

No dia 19 e 20 forão capturados Manoel José Moreira e João Baptista de Souza, o 1º deo um tiro e uma facada quase no recinto desta localidade em Maria Eufrásia, escrava do Alferes Manoel Pereira dos Sanctos – o 2º consta ter assassinado Antonio Pereira na Freguesia da Moritiba, e ainda não se acha extinto o numero dos criminosos, assim em nome dos negociantes e

---

<sup>25</sup> *Ibidem.*

<sup>26</sup> *Ibidem.*

<sup>27</sup> *Ibidem.*

proprietários desta freguesia, pedimos a V. Ex. a conservação do referido oficial [o subdelegado em exercício] mesmo porque ainda existe muitos trabalhadores da estrada de ferro quazi todos desordeiros<sup>28</sup>

O empenho na captura e prisão de suspeito de cometerem crimes tornara-se uma constante preocupação das autoridades, haja vista o temor do aumento do numero dos ex-escravos na província baiana. Transitando numa sociedade ainda notavelmente escravista, estes homens e mulheres, por não terem residência fixa e viverem na intermitência a procura de trabalho, eram vistos como potencialmente suspeitos de cometerem desordens. Além dos trabalhadores da estrada de ferro, como visto acima, os irmãos Martiniano José de Mello e Marcolino José de Mello também se enquadram entre esses sujeitos históricos, pois exerciam atividade irregular, percorrendo diferentes partes da província baiana como tropeiros.

Martinho José de Mello, filho natural de Merenciana Francisca de Mello; Tibúrcio José de Mello, Filho legítimo de José Joaquim de Mello (Já falecido) e Justina Maria de Mello; bem como Martiliano José de Mello, foram nomes encontrados em diferentes processos<sup>29</sup>. A exceção de Tibúrcio José de Mello, todos disseram serem naturais do Candial, mesmo local do nascimento de Martiniano José de Mello e Marcolino José de Mello.

Além da provável relação de parentesco, os indícios das suas vivências demonstram a possibilidade de terem passado pela experiência da escravidão. Alguns forros e libertos, no Brasil colonial e imperial, optaram em conservar o sobrenome dos seus ex senhores. Após a conquista da liberdade, poderia facilitar o transito em meio a uma sociedade que não enxergava os negros livres com “bons olhos”. Em pesquisa sobre a escravidão nos engenhos do Recôncavo Baiano colonial, Stuart Schwartz comenta essa questão:

[...] Obviamente a aquisição da liberdade e alforria era um evento que levava a adoção de um sobrenome. Em certo sentido, o sobrenome simbolizava a condição social de livre, porém não inteiramente. [...] Tanto para cativos como para forros, o comum era receber o sobrenome dos proprietários e ex-proprietários [...]<sup>30</sup>

A mãe dos irmãos Martiniano e Marcolino, Francisca do Nascimento, tinha sobrenome diferente dos seus filhos. Ainda escrava ou, então, liberta, uma vez que o sobrenome simbolizava a condição social de livre, Francisca poderia ter vindo de outra localidade

---

<sup>28</sup> APEB. Correspondências enviadas pelo Subdelegado de Curalinho para o Presidente da Província. Maço 3005-1.

<sup>29</sup> APJCA – Processo Crime de Injurias, freguesia de Curalinho, 1883. Estante da Vara Crime. Depoimento de Martinho José de Mello. APJCA – Processo Crime de Tentativa de Homicídio, freguesia de Curalinho, 1883. Estante da Vara Crime. Depoimento de Tibúrcio José de Mello. APJCA – Processo Crime de Tentativa de Homicídio, freguesia de Curalinho, 1872. Estante da Vara Crime. Depoimento de Martilliano José de Mello.

<sup>30</sup> SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo. Companhia das Letras, 1988. p. 327.

adotando o sobrenome do seu ex senhor e dado luz a Martiniano e Marcolino na fazenda Candial, propriedade onde naquele momento residia.

No entanto, o que podemos afirmar é que se Martiliano e Marcolino nasceram livres ou, então, se passaram pela experiência da escravidão, conseguiram se estabelecer exercendo as atividades de tropeiro e lavoura, morando num local próximo a fazenda onde nasceram. Portanto, não se afastaram dos laços familiares e de amizade criados desde a infância no Candial. Junto com Martiliano e Martinho certamente viveram experiências que interferiram nas suas escolhas pela profissão, assim como na opção em continuar morando num local próximo onde tinha nascido.

Martiliano José de Mello estava na feira de Currealinho tratando negócios. No cair da tarde quando retornava para casa, no Candial, encontrou no meio do caminho Marcelino de tal ferido gravemente no pescoço<sup>31</sup>. A julgar pela profissão de Martiliano - lavrador -, sugere-se que estava comercializando os seus cultivos na feira. Tibúrcio José de Mello, natural e morador no arraial do Jenipapo, estava encostado na parede de casa quando presenciou o escravo Antão passar ferido gravemente<sup>32</sup>. Já Martinho José de Mello, lavrador, fora intimado para fazer sentinela ao preso Joaquim de Deos, porém se recusou a obedecer às ordens do inspetor Ursulino Salustiano de Santana, também testemunha no processo:

disse que [...] veio a casa do subdelegado em exercício Tranquilino José Nogueira para lhe comunicar como inspetor, que os guardas não queriam obedecer as ordens por ele imposta para faser sentinela ao preso João de Deos digo preso Joaquim de Deos, neste momento em que elle testemunha estava comunicando, passa Martinho José de Mello, elle testemunha diz que aquelle era um dos que havia desobedecido – o subdelegado chama-o e manda-lhe que fosse para sentinela, elle réo respondeo que lá não ia porque não queria, a vista disso o subdelegado deu-lhe a voz de prisão, que foi correspondida com muitos insultos e nomes injuriosos – disendo mais que sentia não estar naquella hora com sua faca – ausiliei ao subdelegado e as mais pessoas que estavam presente, e felismente effectuamos a prisão e o condusimos para o quartel – ainda ahi elle réo repetio os nomes que havia dito – os quais deixa elle testemunha de narrar porque a moralidade em tais casos faz conservar o silencio<sup>33</sup>

No cotidiano dos homens livres pobres, obediência à ordem imposta poderia ter significado de submissão ao impositor, simbologia que trazia a lembrança das relações entre senhor e escravos. Para Martinho José de Mello, que provavelmente estava recrutado para exercer a atividade de guarda, não aceitar as ordens dirigidas pelo inspetor seria uma demonstração de

---

<sup>31</sup> *Ibidem.*

<sup>32</sup> *Ibidem.*

<sup>33</sup> *Ibidem.*

autonomia, afinal de contas afirmou, indiretamente, ser um homem livre quando disse “que não ia porque não queria”, deixando claro para Ursulino Santana que era dono de si, ou seja, detentor da vontade de fazer o que quisesse e entendesse da sua vida.

Tanto Martinho, Martiliano e Tibúrcio, assim como os irmãos Martiniano e Marcolino, se acaso não passaram pela experiência da escravidão ou não tiveram familiares e amigos cativos, o que é muito improvável, visualizaram as relações de mando senhorial no universo escravista. Os irmãos Martiniano e Marcolino, em especial, sofreram influência na escolha por atividades irregulares e afastaram-se de vínculos contratuais estabelecidos por longo período de tempo. Certamente os ajustes de trabalhos mantenedores de ampla regularidade lhes traziam lembranças ou do passado escravo ou das relações escravista vividas por amigos e familiares. Portanto, se distanciar de trabalhos com características dos exercidos pelos escravizados, tornou-se uma característica marcante na vida dos homens livres que moravam e transitavam nos arrabaldes de Curalinho nas últimas décadas do século XIX.

## **FONTES**

### **APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia**

Processo Crime de Furto. Cachoeira. 1874 – Est. 28/Cx. 1017/Doc. 08.

Processo Crime de Furto. Cachoeira. 1860 – Est. 12/Cx. 425/ Doc. 11.

Correspondências enviadas pelo Subdelegado de Curalinho para o Presidente da Província. Maço 3005-1.

### **APJCA – Arquivo do Poder Judiciário de Castro Alves**

Processo Crime de Injúrias, freguesia de Curalinho, 1883. Estante da Vara Crime.

Processo Crime de Tentativa de Homicídio, freguesia de Curalinho, 1883. Estante da Vara Crime.

Processo Crime de Tentativa de Homicídio, freguesia de Curalinho, 1872. Estante da Vara Crime.

### **BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia / Acervo de Obras Raras**

AGUIAR, Durval Muniz de. *Descrições Práticas da Província da Bahia*. 2º ed. Rio de Janeiro. Catedr. Brasília. INL, 1979.

## REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ALENCASTRO, Luís Felipe de. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de (org). **História da Vida Privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. v 2.

ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. **Baianos do Honrado Império do Brasil**: hora, virtude e poder no recôncavo (1808-1889). Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2006.

BARICKMAN, Bert Jude. **Um Contraponto Baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

CAIRES, Ricardo Tadeu. **Caminhos e Descaminhos da Abolição**: escravos, senhores e direito nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888). Curitiba, PR. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, PR. 2007.

COSTA, Alex de Andrade. **Arranjos de Sobrevivência**: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888). Dissertação (mestrado) - Programa de Pós Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia. Santo Antonio de Jesus-BA, 2009.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: história e trajetória de escravos e libertos na Bahia. Campinas-SP: editora Unicamp, 2006.

MOURA. Denise A. Soares de. **Saindo das Sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas. Ed. Unicamp, 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (org). **Caminhos do Sertão**: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Editora Arcádia, 2007.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul**: Terras, homens e poder. Salvador-BA: editora EDUNEB, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenheiros e escravos na sociedade colonial. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_ **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

TEIXEIRA, Aurino de Azevedo. **Informações Históricas Sobre a Cidade de Castro Alves**. 1990.